

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0564-17

Itaqui(RS), 02 de outubro de 2017.

Exmº Sr. Vereador  
**IGOR BICCA ARDAIS**  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Palácio Rincão da Cruz  
Rua Dr. João Sisnando Dubal Goulart, nº 942  
Bairro: Centro  
CEP: 97650-000  
Itaqui – RS

**Assunto:** Encaminhamento de Projeto de Lei.

Excelentíssimo Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar para apreciação e decisão dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 050-17, de 02-10-2017, acompanhado de sua respectiva justificativa, que tem por objetivo buscar autorização para a Contratação Temporária de Professor.

Conforme disposto no artigo 147, da Resolução 210-2012 – Regimento Interno, dessa Casa Legislativa, solicitamos tramitação em Regime de Urgência Urgentíssima.

Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente.

  
**Jarbas da Silva Martini**  
Prefeito

Câmara de Vereadores de Itaqui  
Secretaria



Recebi em: 02/10/17  
Horário: 11:45h

Ass.: 

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 050-17, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017**

Autoriza o Poder Executivo a proceder a contratação temporária, de excepcional interesse público, de Professor Municipal.

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, professor especialista em educação na disciplina a seguir descrita, para atuar, exclusivamente, na Escola Municipal Osório Braga:

Função	Disciplina	Quantidade	Carga Horária	Vencimento Mensal
Professor	Língua Portuguesa com habilitação em Espanhol	01	20 horas semanais	R\$ 1.591,57

**Art. 2º** As atribuições dos contratados no exercício da função de Professor especialista em educação constam no anexo I, que é parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** Os contratos vigorarão por prazo determinado, tendo seu término vinculado a data do fim do ano letivo de 2017 nas Escolas Municipais, em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único, do Art. 34, da Lei Municipal n.º 1.740/90.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo Municipal, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato emergencial, observada a necessidade e o interesse público.

**Art. 4º** A contratação autorizada por esta Lei será realizada levando em consideração a ordem de classificação dos candidatos aprovados para a função de Professor de Língua Portuguesa com habilitação em Espanhol no Processo Seletivo Simplificado nº 07/2017.

**Art. 5º** Os contratos temporários de excepcional interesse público são de natureza administrativa e asseguram aos contratados os direitos estabelecidos no art. 244, da Lei Municipal nº 1.751/1990.

**Parágrafo Único.** Aos contratados na forma desta lei ficam assegurados também o direito de percepção da gratificação de difícil acesso em conformidade com o estabelecido no Art. 32, da Lei Municipal n.º 1.740/90.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 02 de outubro de 2017.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito



PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 050-17, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017**

**ANEXO - I**

**FUNÇÃO: Professor Especialista em Educação.**

**ATRIBUIÇÕES:**

a) Descrição Sintética:

- orientar a aprendizagem do aluno;
- participar no processo de planejamento das atividades da escola;
- organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem;
- contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.

b) Descrição Analítica:

- ministrar aulas teóricas, práticas e supervisionar o estágio, executando os programas das disciplinas, de conformidade com as diretrizes traçadas;
- elaborar planos de aula e aplicar avaliações e ter sempre completo e correto seu caderno de chamada;
- manter contato com os pais dos alunos, a fim de interessá-los nos problemas de Educação e da vida escolar;
- atender à convocação para reuniões com autoridades de ensino;
- participar de atividades extraclasse;
- manter registro das atividades de classe e delas prestar contas, quando for solicitado;
- manter-se atualizado no conhecimento da legislação de ensino, especificamente do ensino médio;
- participar de treinamentos e cursos, quando solicitado;
- usar material didático atual e adequado ao ensino citado;
- sugerir medidas que visem a melhoria do sistema de ensino;
- colaborar na programação de solenidades cívicas e outros de interesse coletivo da comunidade onde atua;
- coordenar e supervisionar, quando necessário tarefas inerentes a sua atividade.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Carga Horária: 20 h Semanais.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- a) Instrução: Nível Superior em curso de licenciatura plena na área /disciplina de atuação, reconhecido pelo MEC.
- b) Idade mínima: 18 (dezoito) anos;
- c) Outras: conforme instruções reguladoras do processo seletivo.

**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 050-17, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo a indispensável autorização legislativa para a contratação temporária de Professor de Língua Portuguesa com habilitação em Espanhol para atuar na Escola Municipal Osório Braga, localizada no interior do Município.

Justifica-se o pedido de contratação temporária pela imperiosa necessidade de serviço junto a Secretaria Municipal de Educação, face à necessidade de manutenção do Ensino de língua portuguesa na Escola Municipal Osório Braga, para atender os estudantes que encontram-se na zona rural, visto que professor daquele educandário encontra-se em gozo de licença prêmio, com objetivo de aposentar-se após o término da referida licença.

O art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, prevê a possibilidade de contratação, pela Administração, por tempo determinado para atender excepcional interesse público, fato que, se devidamente autorizado, reverterá em benefícios para os municípios localizados no interior do Município.

A contratação temporária se faz necessária porque não há Concurso Público com validade para a função que se pretende contratar e o Município, dentro do prazo de vigência do contrato temporário, tomará providências a realização de Concurso Público para provimento do cargo.

São estas as razões que justificam o presente projeto de lei.

**Gabinete do Prefeito, em 02 de outubro de 2017.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito